



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681229 - SP (2021/0225501-4)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : REULER PABLO OLIVEIRA DOS ANJOS  
**ADVOGADO** : REULER PABLO OLIVEIRA DOS ANJOS - MG170153  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : E D DA S (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de E. D. DA S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas corpus* n. 2154125-57.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado pela prática dos crimes dos artigos 213, *caput*; 129, § 9º; e 147 do Código Penal às penas de 6 anos de reclusão em regime inicial fechado (estupro); e 4 meses de detenção, em regime inicial aberto (ameaça e lesão corporal).

A decisão transitou em julgado em 7 de dezembro de 2020 (Processo n. 0003714-30.2015.8.26.0070).

O impetrante sustenta que a pena-base do paciente foi fixada no mínimo legal, que o mesmo não ostenta fichas criminais ou reincidências criminosas e que as penas finais foram fixadas abaixo de 6 anos de reclusão. Entende que, conforme o entendimento do STF acima citado, nos termos do artigo 33, §2º, alínea “c”, do Código Penal, c/c. o §3º do mesmo artigo, o regime inicial de cumprimento de pena do paciente deve ser, de fato, o semiaberto.

Afirma que interpôs HC no TJSP, mas este não foi conhecido.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que se determine a imediata transferência do paciente para o regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão

sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente